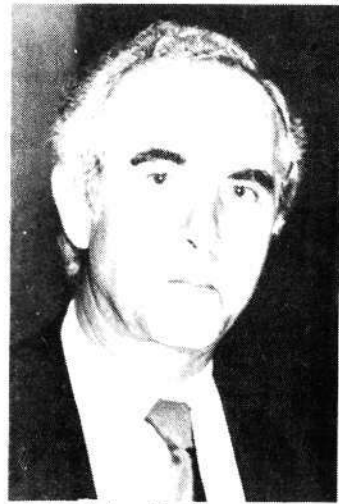


MARIA DE LOURDES ABADIA

Xiita? Não, independente



Adroaldo Streck

Streck: baratear a leitura

O deputado federal Adroaldo Streck mantém sua posição de fazer constar no artigo 8º do substitutivo da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, cujo relator é o deputado paulista José Serra, a imunidade tributária para os insumos importados que se destinem à atividade jornalística. "Ao incluímos a isenção dos insumos ao texto constitucional, estaremos barateando a leitura no Brasil", comentou Streck.

A emenda do deputado gaúcho, que também impede a instituição de impostos sobre livros, jornais e periódicos, bem como o papel destinado à sua impressão, ganhou o reforço de um dispositivo apresentado pelo senador Afonso Camargo (PMDB-PR) à Comissão do Sistema Tributário, que persegue o mesmo objetivo.

A proposta do senador visa a garantir aos brasileiros um acesso maior à cultura, o que endossa a justificativa do deputado Adroaldo Streck — através da imunidade tributária para livros, jornais, periódicos, assim como insumos e papel empregados em sua confecção. Fora isso, Afonso Camargo foi mais longe e incluiu em sua emenda igual solicitação para os filmes cinematográficos em qualquer estilo de exibição. Uma iniciativa que, conforme o senador, virá a incentivar a produção cinematográfica nacional que, no presente, encontra dificuldades de ordem econômica para se desenvolver.

Onofre Corrêa acha relatório muito extenso

"Existem muitos artigos no substitutivo que não fazem parte de matéria constitucional. Queremos uma Constituição restrita, que fale pouco, mas de modo certo e que contenha princípios gerais que norteiem a vida nacional". A afirmação do deputado Onofre Corrêa (PMDB-MA) refere-se ao parecer do relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), basicamente aos artigos de seu anteprojeto que tratam da criação de um Conselho Nacional de Comunicação e de conselhos editoriais nas administrações de veículos de comunicação impressos.

Para Onofre Corrêa, tais artigos poderiam no futuro dar margem a inúmeras interpretações quanto à sua utilização. "Temos que fazer uma Constituição sintética e não uma Carta esmiuçada demais, sujeita a equívocos". Ele vota com o artigo que constava do anteprojeto da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, que dizia ser de competência da União a concessão de canais de rádio e TV, ad referendum do Congresso Nacional, cassando-se o funcionamento do canal de rádio ou televisão somente com licença fundada no Poder Judiciário.

Eraldo Tinoco pede destaque para educação

O deputado Eraldo Tinoco pediu mais destaque aos artigos concernentes à parte que dispõe sobre a educação no substitutivo do relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), visando amainar um pouco o "sentido estatizante" do relatório que, por exemplo, cerceia quase que totalmente a participação da iniciativa privada no ensino brasileiro.

Na área da comunicação, Tinoco também sentiu "certos abusos" do relator Artur da Távola quanto à questão dos conselhos de comunicação e editoriais: "O Congresso Nacional é a verdadeira representação da sociedade e, na minha concepção, quando se criam tais conselhos, eles surgem em detrimento de se fortalecer o Poder Legislativo.

LÚCIO VAZ
Da Editoria de Política

Um repórter do Wall Street Journal, de Nova Iorque, ligou para saber os motivos de sua "repentina" mudança. Quería que ela explicasse como pode alguém que participou do governo durante a ditadura militar estar agora assumindo posições tão radicais, geralmente à esquerda. Não era para menos. Afinal, em poucos meses de mandato e de Constituinte, Maria de Lourdes Abadia (PFL) surpreendeu muita gente com uma postura bastante combativa e um posicionamento essencialmente progressista. Depois de votar em Fernando Lyra para a presidência da Constituinte e de aprovar a convocação do ministro Dilson Funaro para depor na Câmara dos Deputados, chegou a ser chamada de xiita. Mas ela contesta este rótulo: "Não sou conservadora, nem xiita. Sou apenas independente".

Com um detalhe ela concorda. As pessoas estão surpresas com o seu comportamento: "Querem saber o que está acontecendo. Alguns até perguntam, ela virou esquerda?" Mas lembra que não é apenas em relação a ela que surgem estas perguntas. Outras mulheres constituintes, como Raquel Cândido (PFL-RO) e Moema São Thiago (PDT-CE), estão simplesmente enlouquecendo os líderes de seus partidos. Moema chegou a ser destituída do cargo de vice-líder depois de criticar o supremo líder Leonel Brizola.

"As pessoas estão surpresas porque esperavam outra atitude das mulheres, que sempre foram tão submis-



Maria de Lourdes: "Só sigo a minha consciência"

sas", comenta com ironia a deputada do PFL de Brasília. Recorda que, logo no início da Constituinte, a imprensa estava mais preocupada em escolher a Constituinte mais cafona, a mais chique. Até uma musa (Rita Camata) fo eleita. Reforma Agrária não era assunto para mulher constituinte, "mas a Raquel chegou a ser

entrevistada sobre o final da novela Roda de Fogo", completa Abadia. "Outro problema está na necessidade que a sociedade tem de rotular as pessoas. Aqui, você é conservadora ou progressista. Mas sempre reagi a isto, porque não estou a serviço da direita e nem da esquerda. Voto de acordo com a minha cons-

ciência. Meu voto não tem ideologia e nem compromisso partidário. Vai ser sempre um voto democrático e liberal, comprometido com o povo e com o meu País", explica a deputada do PFL, num tom bastante solene.

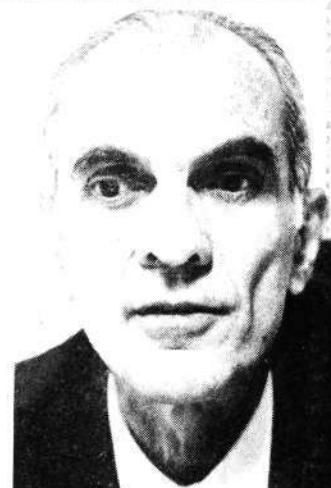
Maria de Lourdes Abadia faz um rápido retrospecto na sua atividade parlamentar e chega à conclusão de que as coisas se invertem em pouco tempo. Durante a greve dos bancários, em marco, ela foi vaiada quando chegou a uma assembleia de trabalhadores, em companhia de deputados do PT, PDT, PCB e PC do B. "Fora daqui. Você representa o partido dos banqueiros", gritavam os manifestantes.

Hoje, ela tem recebido "puxões de orelha" pelas posições de esquerda que assume, seja nas comissões, seja no plenário. No dia em que votou pela convocação de Funaro, contra a decisão das lideranças do PFL e PMDB, teve que ouvir a seguinte cobrança: "Mas e o acordo? Você votou contra a nossa proposta". Com a tranquilidade de sempre, ela respondeu: "Não fui eu que fiz o acordo. Foram as lideranças". Abadia salienta que ainda não houve retaliações em consequência da sua conduta, mas admite que "um dia vai haver".

Apesar disso, garante que continuará com o mesmo comportamento: "Nós somos o que há de novo na Constituinte. Somos seres independentes. E era isso que estava faltando. Aqueles que eram tidos como mais avançados estão aí, negociando tudo. Nós assumimos as nossas posições e pronto, mesmo que para isto a gente precise enfrentar os nossos partidos".



Waldir Pires: retrocesso



Saturnino Braga: indigna

Prorrogação de mandatos obtém ampla rejeição

A rejeição da tese de prorrogação dos mandatos dos prefeitos ou da eleição para mandato-tampão de dois anos, ocorrida sexta-feira na Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e de Garantia das Instituições, foi o resultado de uma unanimidade política em todo o País. A proposta, contida no anteprojeto do relator da comissão, deputado Prisco Viana, recebeu um intenso bombardeio de protestos proveniente das mais diferentes correntes políticas. Desde governadores e prefeitos e vereadores, os dois últimos beneficiários da proposta, a oposição à ideia de Prisco Viana foi intensa.

Os adjetivos usados variaram desde "imoral", "antidemocrática", até "indigna" e "absurda". Os correspondentes e sucursais do CORREIO BRAZILIENSE ouviram prefeitos, governadores e políticos sobre o assunto, comprovando a unanimidade na rejeição à tese. Apenas no Estado do Amazonas, a proposta de prorrogação dos mandatos obteve uma boa aceitação.

E PARA SENADOR

"Oito anos é para senador da República e não para prefeito". Este é o pensamento do prefeito de Blumenau, Dalto dos Reis. Ele é radicalmente contra a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos ou de um mandato-tampão de dois anos.

No entendimento do prefeito Blumenauense, seis anos já são demasiadamente longos tanto para os prefeitos como para os eleitores, provocando um desgaste natural da administração municipal junto à população. Dalto dos Reis, a exemplo de Edison Andriano, prefeito de Florianópolis, defende a possibilidade de reeleição, não só dos prefeitos mas de todos os que detêm cargos eletivos.

Apesar das dificuldades políticas e econômicas que não criam condições que favoreçam um teste positivo nas urnas a médio prazo, o governador Moreira Franco tem posição firme contra a ideia de prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores.

E que o Estado do Rio de Janeiro tem cidades importantes dirigidas por políticos do PDT, a começar pela capital onde pontifica na prefeitura o ex-senador Saturnino Braga. Relacionam-se ainda municípios como Caxias, na Baixada Fluminense, o segundo colégio eleitoral do Estado, e Volta Redonda, a cidade da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN, um município essencialmente de operários.

O prefeito Saturnino Braga foi uma das primeiras lideranças políticas no Estado que se colocaram contra a proposta prorrogonista que ele considera "indigna" dos tempos de consolidação democrática que o País atravessa. Na opinião do ex-senador, a ideia tinha um claro sentido golpista e sem qualquer compromisso com a democracia, uma vez que criaria, de fato, a instituição de prefeitos e vereadores bionicos, na condição de usurpadores de um mandato que não lhes foi concedido pelo povo.

Prorrogação de mandatos e tese imoral", repetiram quase que em coro o governador Newton Cardoso, o prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, o presidente da Assembleia Legislativa de Minas, deputado Neif Jabor, e o líder do PMDB na Assembleia Felipe Nery.

Como uma bem orquestrada combinação, governador, prefeitos, deputados e vereadores mineiros do PMDB e de outros partidos ficaram contra a ideia de prorrogação de mandatos para que se consiga uma época única para as eleições em todos os níveis no País. O governador Newton Cardoso foi o primeiro a reagir e logo foi seguido por seus companheiros de partido e também pelos opositoristas do PFL ou do PT.

A prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores não interessa, no caso da Bahia, nem ao governador Waldir Pires nem ao prefeito Mário Kertesz, que foram contra a ideia muito antes de o deputado Prisco Viana ter-se arrependido em apresentá-la. Kertesz acha que seria um retrocesso, uma traição ao eleitorado. Waldir considerava a prorrogação uma tese antidemocrática.

"Somos radicalmente contrários a prorrogação de nossos mandatos. Não podemos aceitar, sob nenhum pretexto, qualquer tipo de aceno fácil ou ca-

suismo, embrulhados num papel de presente e prêmio de consolidação pessoal. Seria a mais imperdoável incoerência se nós, primeiros prefeitos de capitais eleitos pelo voto popular, após 20 anos de ditadura, trocássemos a legitimidade de nosso mandato pela bionidade do diploma espúrio", observa Kertesz.

Mário Kertesz praticamente nada realizou nestes 17 meses de administração. Sua queixa é igual à da maioria dos prefeitos eleitos em novembro de 85: a dívida municipal, que no caso da prefeitura de Salvador atingia, quando Kertesz tomou posse, 300 milhões de cruzados. Kertesz brigou muito para conseguir a rolagem da dívida e até o momento só teve do Governo Federal a disposição de analisar a questão.

Se depender de algumas das principais lideranças políticas do Paraná, a tese de prorrogação dos atuais mandatos de prefeitos e vereadores está morta e enterrada, sem a menor possibilidade de ressuscitar para uma nova fase de discussões entre os constituintes. O governador Alvaro Dias considera a proposta um verdadeiro retrocesso, uma tentativa de trazer para os dias atuais uma prática característica do período ditatorial: "Sou a favor da renovação dos mandatos para promover o aprimoramento do processo democrático e não encontro motivo capaz de justificar semelhante sugestão", diz ele.

A prorrogação do mandato dos prefeitos ou a fixação de um mandato-tampão não encontra muitos simpatizantes em São Paulo. O governador Orestes Quércia se manifesta "rigorosamente contra" e classifica de "absurda" qualquer proposta nesse sentido. Já o prefeito da capital, Jânio Quadros, que se encontra no exterior, diversas vezes deu claras demonstrações de que não pretende prosseguir à frente da Prefeitura nem um dia além do previsto.

Também nos principais municípios do Estado a ideia não teve repercussão favorável. Nem mesmo o prefeito de Santos, Oswaldo Justo, eleito há três anos, depois que o município deixou de ser considerado de segurança nacional, entusiasmou-se com a possibilidade de ficar no cargo por seis anos. "Não pretendo mover uma palha a favor da prorrogação", avisou.

O governador Pedro Simon já se manifestou contrário à prorrogação dos mandatos seguindo uma posição do próprio partido a nível regional. Mesmo que apoie o mandato de 5 anos para o presidente Sarney, Simon entende que devam ser realizadas eleições nas prefeituras municipais, inclusive na capital, no próximo ano com mandato de quatro anos para os prefeitos eleitos de acordo com a legislação em vigor. A rigor e de acordo com informações das atas dos arquivos de todos os partidos, e nenhum deles interessa a prorrogação do mandato dos prefeitos sob a argumentação de que prorrogonário chega a ser um ato democrático.

A prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores lançada pelo deputado Prisco Viana (PMDB-BA) teve uma reação uniforme entre os principais políticos de Mato Grosso. A começar do governador Carlos Gomes Bezerra que afirmou "ser mais um absurdo a prorrogação", enquanto que o prefeito da capital, o ex-ministro Dante de Oliveira, considera o ato como "intolerante".

"Se eles já permaneceram durante seis anos no poder, não há nenhuma necessidade de mantê-los por mais tempo. Isto me lembra muito os tempos de Geisel, Médici e João Figueiredo", reagiu Dante.

A maioria dos 59 prefeitos e cerca de 600 vereadores amazoneses concorda com a prorrogação de seus mandatos por mais dois anos, segundo revelou o presidente da Associação Amazonense de Municípios, Floriano Viga Maia, 43 anos. O alto escalão do PMDB local, que detém o controle político do Estado, mantém-se cauteloso em torno do assunto, como é o caso do governador Amazonense Mendes, que desconfia dizendo que "não foi chamado a opinar sobre essa questão".

"Visitei vários municípios e fiz consultas sobre a prorrogação e a maioria é favorável", disse Viga. Os prefeitos, segundo ele, estão desesperados com a falta de recursos e admitem que dificilmente elegerão seus sucessores, caso as eleições ocorram em 88.

CORREIO PESQUISA: Voto aos 16 anos

A grande maioria dos constituintes entrevistados ontem, à tarde, no Congresso Nacional, pela reportagem do CORREIO BRAZILIENSE, se mostrou favorável ao voto aos 16 anos. Eles acham que, nesta idade, o jovem já está preparado para votar.

Já o povo pensa justamente o contrário.

Para as maioria das pessoas entrevistadas, ontem, na Asa Norte, os jovens de 16 anos não tem capacidade para escolher os representantes. A frase mais comum, dita pelos entrevistados, foi a seguinte: "Se os adultos ainda não aprenderam a votar, imagine os jovens, na idade da adolescência". Confira.

<p>Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) "Somente em dois países os jovens de 16 anos podem votar: é na Nicarágua e em El Salvador. No Brasil, embora a grande maioria da população seja composta de jovens, acho que eles ainda não estão aptos para votar. O jovem de 16 anos ainda não tem grande experiência da vida. Ele deve aguardar completar 18 anos".</p>	<p>Deputado Aécio Neves (PMDB-MG) "Sou favorável ao voto aos 16 anos. O voto aos 18 anos foi instituído há 50 anos atrás. De lá para cá a sociedade evoluiu, mudou muito. O jovem de 16 anos já tem capacidade para escolher os governantes".</p>	<p>Deputado Valmir Campello (PFL-DF) "Sou a favor do voto para os jovens de 16 anos. Atualmente o jovem de 16 anos já é bastante amadurecido e ele participa da vida em sociedade. Muitos jovens de 16 anos já trabalham. Acho que os jovens devem ter direito de votar sim".</p>	<p>Deputado Luiz Inácio Lula da Silva (PT-SP) "Sou favorável ao voto aos 16 anos. Os jovens de 16 anos representam uma parcela grande da população brasileira que trabalha, que está integrada à sociedade e é responsável pelo desenvolvimento do País; portanto, por que furtar os jovens do direito de votar?".</p>
---	--	--	---

<p>Otacílio Telxela, 19 anos, balconista, reside em Planaltina "Acho que os adolescentes de 16 anos podem votar sim. Tem muita gente de 16 anos que tem mais bom senso do que muitos adultos. Por que então ficar impedido de exercer o direito do voto?".</p>	<p>Evandro Lobo, 40 anos, Funcionário Público, reside na Asa Norte "Na minha opinião os adultos não sabem votar. Os adolescentes então, nem se fala. O direito do voto não deve ser dado a garotos e garotas de 16 anos".</p>	<p>Esmeralda Silva, 21 anos, caixa de supermercado, reside em Sobradinho "O jovem de 16 anos deve votar. Na minha opinião, com 16 anos a gente já tem noção das coisas, a gente já sabe o que faz. Hoje em dia os adolescentes já sabem o que querem.</p>	<p>Petrônio Olivieri, 24 anos, desempregado, reside na Asa Norte "Os jovens de 16 anos estão muito novos. Eles não têm capacidade para escolher os representantes do povo. O voto aos 18 anos deve ser mantido. Os jovens de 18 anos muitas vezes ainda são imaturos, imagina com 16".</p>
---	--	--	---